



**FACULDADE DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO E DA SAUDE (FACES)**  
**LETRAS**

**Marianna Moreira Parry**

**Métodos comunicativos utilizados por sujeitos surdos: um  
levantamento bibliográfico.**

**Brasília- DF**

**Junho/2011**

**Marianna Moreira Parry**

**Métodos comunicativos utilizados por sujeitos surdos: um levantamento bibliográfico.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES – do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB -, tendo como orientadora a Professora Mestre Bianca Carrijo Cordova.

**Brasília- DF**

**Junho/ 2011**

**Marianna Moreira Parry**

**Métodos comunicativos utilizados por sujeitos surdos: um levantamento bibliográfico.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES – do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB -, tendo como orientadora a Professora Mestre Bianca Carrijo Cordova.

Aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

**DEDICATÓRIA:**

Dedico este trabalho a Deus e a minha família.

**Agradecimentos:**

Agradeço imensamente a minha família pelo apoio nesses últimos anos. Agradeço a minha mãe por tudo que ela tem feito por mim e meus irmãos. Sei que sem ela eu não estaria onde estou hoje. Agradeço aos professores do UniCeub pela dedicação e a paciência em transmitir os conhecimentos para a turma e para mim.

**Resumo:**

Pensando nos sujeitos com surdez e fazendo um apanhado histórico das perspectivas educacionais a eles propostas, identifica-se logo a grande problemática enfrentada por séculos: como fazê-los se comunicar? A partir disso propôs-se neste trabalho mostrar como se deu a história da educação dos surdos tanto no Brasil como no mundo, apresentando algumas metodologias e como estas podem ser úteis na comunicação de surdos com outras pessoas.

**Palavras chaves:** Educação de surdos; comunicação; oralismo, Língua de Sinais

## Sumário:

Introdução:.....	8
Capítulo 1: Histórico da educação para pessoas surdas .....	11
1.1 Até a Idade Média.....	11
1.2 Até a Idade Moderna .....	12
1.3 Até a Idade Contemporânea.....	13
1.4. Congresso de Milão .....	15
1.5 Durante o século XX.....	16
1.6 Educação de surdos no Brasil: .....	17
Capítulo II: Metodologias usadas no ensino de alunos surdos .....	19
2.1. Oralismo.....	19
2.1.1 Oralismo Puro ou Estimulação Auditiva .....	19
2.2 Método Multissensorial / Unidade Silábica. ....	20
2.3 Métodos da Linguagem por Associação de Elementos.....	20
2.4 Método Universal ou Abordagem Aural.....	20
Capítulo 3: Outros métodos de comunicação.....	21
3.1 Comunicação Total: uma modalidade miscigenada .....	21
3.2 A Língua de Sinais.....	22
3.3 Bimodalismo ou português sinalizado .....	24
Considerações Finais: .....	26
Referências:.....	27

## Introdução:

Hoje, em pleno século XXI, escolas e/ou instituições especializadas que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais vivem um grande desafio: como incluí-los no ensino regular? O ato de incluir não deve significar simplesmente matricular no ensino regular tais educandos, mas assegurar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

As pessoas surdas, mesmo depois de terem passado por um longo período de escolarização, apresentam dificuldades ao utilizarem a linguagem escrita. No entanto, isto se deve não somente às experiências escolares de surdos e nem à condição de surdez; um dos principais problemas está nas mediações sociais dessa aprendizagem, mais especificamente, nas práticas pedagógicas que fracassam também na alfabetização de ouvintes. São muitas as construções atípicas na escrita das crianças surdas.

Diante das várias características encontradas em textos construídos por alunos surdos, temos alguns destaques: a inferiorização do desenho desta criança em relação a indicadores de caráter sintático e semântico ou de amplitude lexical, relevando uma tendência a restringir o texto à informação simplificada (GÓES- 1996, p. 02 apud Brasil, 2007, p.20).

Diante disso o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras, em abril de 2002, e sua recente regulamentação, conforme o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, legitimam a atuação e a formação profissional de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. Garante ainda a obrigatoriedade do ensino de Libras na educação básica e no ensino superior - cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia e regulamenta a formação de professores de Libras, o que abre um amplo espaço, nunca antes alcançado, para a discussão sobre a educação das pessoas com surdez, suas formas de ocorrência e socialização.

Nesse contexto, a formação profissional dos tradutores e intérpretes de Libras e de Língua Portuguesa torna-se cada vez mais valorizada, pois a presença destes profissionais é fundamental para a inserção das pessoas surdas usuárias da Língua de Sinais nas escolas regulares. A função de traduzir/interpretar é singular, dado que a atuação desse profissional leva-o a interagir com outros sujeitos, a manter relações interpessoais e profissionais, que envolvem pessoas com surdez e ouvintes, sem que



esteja efetivamente implicado nelas, pois sua função é unicamente a de mediador da comunicação.

Não cabe ao tradutor/intérprete a tutoria dos alunos com surdez e também é de fundamental importância que o professor e os alunos desenvolvam entre si interações sociais e habilidades comunicativas, de forma direta evitando-se sempre que o aluno com surdez dependa totalmente do intérprete (DAMÁSIO, 2007, p.33 apud Brasil, 2007, p.22).

Um dos métodos utilizados pelos professores é o Oralismo, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral, ou falada. Com ele os alunos podem ter a capacidade de ler os lábios que implica uma gama de fatores nem sempre tidos como algo simples. Os alunos têm que acompanhar os movimentos labiais do interlocutor, suas expressões faciais, gestos das mãos, corporal para que haja um entendimento por parte do sujeito surdo. Essas dificuldades exigem do sujeito surdo uma variedade de situações que não lhe serão favoráveis em termos de compreensão por parte de pessoas que não entendem sua forma de tentar compreender a linguagem.

A preocupação certamente por parte dos profissionais, defensores do oralismo, está exclusivamente na possibilidade do sujeito surdo atingir a capacidade do uso das palavras gramaticais faladas e escritas em especial quanto ao uso da segunda afirmativa, para se ter um bom domínio da língua portuguesa.

Conforme Goldfeld (2001, p. 38 apud Brasil, 2007, p.20), “a noção de linguagem, para vários profissionais desta filosofia, restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos. Para que a criança surda se comunique bem é necessário que ela possa oralizar”.

Reconhecidamente o oralismo tem importância fundamental no processo de aquisição das normas gramaticais, na reabilitação do aparelho fonador e conseqüentemente uma maior chance de se trabalhar com o sujeito surdo no contexto escolar, mas o oralismo não deve ser visto como forma única de aquisição de língua, existem outros modelos que devem ser analisados.

A questão de aprendizagem dentro do contexto educacional tem subsídios para que ocorra o desenvolvimento de seus educandos. Como um processo lento, mas gradual, a aprendizagem do surdo tem um tempo e uma modalidade que cabe em especial à

“escola” oferecer, surgirá um emaranhado de situações do dia a dia que possam sistematizar todo o processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado não se deseja afirmar, que seja somente na escola o único lugar onde devem ocorrer estas mudanças, mas também e principalmente dentro do seio familiar, nas associações e grupos sociais formados pelos sujeitos surdos.

Oferecer diversos mecanismos de interação com a linguagem por eles usada, como um instrumento de inclusão, que proporcione a todos serem compreendidos pelos seus desejos e anseios, buscar apoios em todos os setores sociais e especializados, de modo a estarem sempre conscientes sobre os ideais de uma educação especial e inclusivista.

O objetivo dessa monografia é fazer um levantamento histórico do processo de aquisição de língua por parte dos sujeitos surdos e os profissionais que contribuíram neste processo, e identificar na literatura os métodos de comunicação que existem a disposição dos sujeitos surdos no contexto atual.

## Capítulo 1: Histórico da educação para pessoas surdas

### 1.1 Até a Idade Média

No Egito, os Surdos eram adorados, como se fossem deuses, serviam de mediadores entre os deuses e os Faraós, sendo temidos e respeitados pela população. Na época do povo Hebreu, na Lei Hebraica, aparecem pela primeira vez, referências aos surdos.

Na Antiguidade os chineses os lançavam ao mar, os gauleses os sacrificavam aos deuses Teutates, em Esparta eram lançados do alto dos rochedos. Na Grécia, os Surdos eram encarados como seres incompetentes. (MOURA, Maria Cecília, 2000, p. 34).

Aristóteles ensinava que os que nasciam surdos, por não possuírem linguagem, não eram capazes de raciocinar. Essa crença, comum na época, fazia com que, na Grécia, os Surdos não recebessem educação secular, não tivessem direitos, fossem marginalizados (juntamente com os deficientes mentais e os doentes) e que muitas vezes fossem condenados à morte. No entanto, em 360 a.C., Sócrates, declarou que era aceitável que os Surdos comunicassem com as mãos e o corpo. Sêneca afirmou:

Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos afogava-os não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis. (Sêneca, apud Silva, 1986, p. 129).

Os Romanos, influenciados pelo povo grego, tinham ideias semelhantes acerca dos Surdos, vendo-os como seres imperfeitos, sem direito a pertencer à sociedade. Era comum lançarem as crianças surdas (especialmente as pobres) ao rio Tibre, para serem cuidados pelas Ninfas. O imperador Justiniano, em 529 a.C., criou uma lei que impossibilitava os Surdos de celebrar contratos, elaborar testamentos e até de possuir propriedades ou reclamar heranças (com exceção dos Surdos que falavam).

Em Constantinopla, as regras para os Surdos eram basicamente as mesmas. No entanto, lá os Surdos realizavam algumas tarefas, tais como o serviço de corte, como pajens das mulheres, ou como bobos, de entretenimento do sultão.

Mais tarde, Santo Agostinho defendia a ideia de que os pais de filhos Surdos estavam a pagar por algum pecado que haviam cometido. Acreditava que os Surdos podiam

comunicar por meio de gestos, que, em equivalência à fala, eram aceites quanto à salvação da alma.

Os cristãos, até a Idade Média, criam que os Surdos, diferentemente dos ouvintes, não possuíam uma alma imortal, uma vez que eram incapazes de proferir os sacramentos. John Beverley, em 700 d.C., ensinou um Surdo a falar, pela primeira vez (em que há registro). Por essa razão, ele foi considerado por muitos como o primeiro educador de Surdos. É só aqui, no fim da Idade Média e início do Renascimento, que saímos da perspectiva religiosa para a perspectiva da razão, em que a deficiência passa a ser analisada sob a óptica médica e científica.

## 1.2 Até a Idade Moderna

Foi na Idade Moderna que se distinguiu, pela primeira vez, surdez de mudez. Pedro Ponce de León, um monge católico da ordem dos beneditinos, inicia, mundialmente, a história dos Surdos, tal como se conhece hoje em dia. Para além de fundar uma escola para Surdos, em Madrid, ele dedicou grande parte da sua vida a ensinar os filhos surdos de pessoas nobres, nobres esses que de bom grado lhe encarregavam os filhos para que pudessem ter privilégios perante a lei (assim, a preocupação geral em educar os surdos, na época, era tão somente econômica). León desenvolveu um alfabeto manual que ajudava os surdos a soletrar as palavras. “Há quem defenda a ideia de que esse alfabeto manual foi baseado nos gestos criados por monges, que se comunicavam entre si desta maneira pelo fato de terem feito voto de silêncio”. (Revista Científica da FAI, v. 3, n. 1, p. 40 - 49, 2003).

Nesta época era costume que as crianças que recebiam este tipo de educação e tratamento fossem filhas de pessoas que tinham uma situação econômica boa. As demais eram colocadas em asilos com pessoas das mais diversas origens e problemas, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver em função da sua "anormalidade".

Juan Pablo Bonet, aproveitando o trabalho iniciado por León, foi estudioso dos surdos e seu educador. Escreveu sobre as maneiras de ensinar os surdos a ler e a falar, por meio do alfabeto manual. Bonet proibia o uso da língua gestual, optando pelo método oral. John Bulwer, médico inglês, acreditava que a língua gestual deveria possuir um lugar de destaque, na educação para os Surdos; foi o primeiro a desenvolver um método para comunicar com os surdos. Publicou vários livros, que realçam o uso de gestos.

John Wallis (1616-1703), educador de surdos e estudioso da surdez, depois de tentar ensinar vários surdos a falar, desistiu desse método de ensino, dedicando-se mais ao ensino da escrita. Usava gestos, no seu ensino. George Dalgarno desenvolveu um sistema inovador de dactilologia. Konrah Amman, defensor da leitura labial, considerava que a fala era uma dádiva de Deus que fazia com que a pessoa fosse humana, não considerava os Surdos que não falavam como humanos. Amman não fazia uso da língua gestual, pois acreditava que os gestos atrofiavam a mente, embora os usasse como método de ensino, para atingir a oralidade.

Charles Michel de L'Épée, nascido em 1712, ensinava, numa primeira fase, os surdos por motivos religiosos. Muitos o consideram criador da língua gestual. Embora saibamos que a mesma já existia antes dele, L'Épée reconheceu que essa língua realmente existia e que se desenvolvia (embora não a considerasse uma língua com gramática). Os seus principais contributos foram:

- criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris (primeira escola de Surdos do mundo);
- reconhecimento do Surdo como ser humano, por reconhecer a sua língua;
- adoção do método de educação coletiva;
- reconhecimento de que ensinar o Surdo a falar seria perda de tempo, antes que se devia ensinar-lhe a língua gestual.

Jacob Rodrigues Pereira, educador de surdos que usava gestos mas sempre defendeu a oralização dos Surdos, nunca publicou nenhum dos seus estudos. Thomas Braidwood fundou uma escola de surdos, em Edimburgo (a primeira escola de correção da fala da Europa). Samuel Heinicke ensinou vários Surdos a falar, criando e definindo o método hoje conhecido como Oralismo.

### **1.3 Até a Idade Contemporânea**

Depois da Revolução Francesa e durante a Revolução Industrial, entrou-se numa era de disputa entre os métodos oralistas e os baseados na língua gestual. Roch-Ambroise Cucurron Sicard foi um abade francês, famoso pelo seu trabalho como educador de

Surdos; Sicard fundou a escola de Surdos de Bordéus, em 1782, posteriormente sucedeu a L'Épée, como diretor do instituto criado pelo mesmo, também apoiou a criação de vários institutos de surdos em todo o país.

Pierre Desloges, francês, tornou-se surdo aos sete anos, devido à varíola, foi defensor da língua gestual, tendo sido autor do primeiro livro publicado por um surdo, onde revelava a sua indignação contra as ideias do Abade Deschamps, que havia publicado um livro que criticava a língua gestual. Desloges, a esse respeito, declarou o seguinte: "Tal como o francês vê a sua língua desvirtuada por um alemão que apenas conhece algumas palavras da língua francesa, penso que devo defender a minha língua contra as acusações falsas deste autor".

Desloges, em seu livro, defende a ideia de que a língua gestual (Antiga Língua Gestual Francesa) já existia, mesmo antes do aparecimento das primeiras escolas de surdos, como criação dos surdos e sua língua natural. Jean Massieu foi um dos primeiros professores surdos do mundo. Laurent Clerc, surdo francês, educador, acompanhou Thomas Hopkins Gallaudet, educador ouvinte, aos EUA, onde abriram uma escola para surdos, em Abril de 1817, a Escola de Hartford. Gallaudet instituiu nessa escola a Língua Gestual Americana, passou ainda a usar o inglês escrito e o alfabeto manual. Em 1830, quando Gallaudet se reformou, já existiam nos Estados Unidos cerca de 30 escolas para surdos.

Edward Miner Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet e também educador de surdos, lutou pela elevação do estatuto do Instituto de Colúmbia a colégio. Esse colégio deu origem, em 1857, à Universidade Gallaudet, onde Edward foi presidente por 40 anos.

Nesse ínterim, Alexander Graham Bell, cientista estadunidense, trabalhava na oralização dos surdos. Casou com uma surda, Mabel. Bell era grande defensor do oralismo e opunha-se à língua gestual e às comunidades de surdos, uma vez que as considerava como um perigo contra a sociedade. Assim sendo, Bell defendia que os surdos não deveriam poder casar entre si e deveriam obrigatoriamente frequentar escolas normais, regulares. No entanto, em 1887, Bell, no Congresso de Milão, admitiu que os surdos devessem ser oralizados durante um ano, mas se isso não resultasse, então poderiam ser expostos à língua gestual. Esta luta entre o oralismo e a língua gestual continua até aos nossos dias.

#### 1.4. Congresso de Milão

Antes do Congresso, na Europa, durante o século XVIII, surgiam duas tendências distintas na educação dos surdos: o gestualismo (ou método francês) e o oralismo (ou método alemão). A grande maioria dos surdos defendia o gestualismo enquanto que apenas os ouvintes apoiavam o oralismo - por exemplo, Bell, nos EUA, fazia campanha a favor deste método, entre muitos outros professores, médicos, etc.

Em 1872, no Congresso de Veneza, decidiu-se o seguinte:

- O meio humano para a comunicação do pensamento é a língua oral;
- Se orientados, os surdos lêem os lábios e falam;
- A língua oral tem vantagens para o desenvolvimento do intelecto, da moral e da linguística

O Congresso de Milão, em 1880, foi um momento obscuro na História dos surdos. Um grupo de ouvintes tomou a decisão de excluir a língua gestual do ensino de surdos substituindo-a pelo oralismo (o comitê do congresso era unicamente constituído por ouvintes.). Em consequência disso, o oralismo foi a técnica preferida na educação dos surdos durante fins do século XIX e grande parte do século XX.

O Congresso durou três dias, nos quais foram votadas oito resoluções, sendo que apenas uma (a terceira) foi aprovada por unanimidade. As resoluções são:

- O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual;
- O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida;
- Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação;
- O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo;

- Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria;
- Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática;
- A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador de surdos deve ter mais de 10 alunos em simultâneo;

Com o objetivo de se implementar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém-admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala; essas mesmas crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas, que já haviam recebido educação gestual, a fim de que não fossem “contaminadas”; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral.

Uma década depois do Congresso de Milão, acreditava-se que o ensino da língua gestual quase tinha desaparecido das escolas em toda a Europa, e o oralismo espalhava-se para outros continentes.

## **1.5 Durante o século XX**

Em resultado da evolução nos campos da tecnologia e da ciência, no século XX, particularmente no campo da surdez, a educação dos surdos passou a ser dominada pelo oralismo (que encara a surdez como algo que pode ser corrigido). No entanto, sem a cura da surdez os insucessos do oralismo começaram a ser evidenciados, pois os surdos educados no método não conseguiam um emprego, comunicar com ouvintes desconhecidos ou manter uma conversa fluída.

Surge o primeiro aparelho auditivo em 1898. Na Antiguidade, os aparelhos usados eram cornetas, ou tubos acústicos, mas a ampliação eletrônica começou com Bell, em 1876, quando inventou o telefone com a intenção de amplificar o som para a sua esposa e mãe, ambas surdas, ideia que é concretizada em 1900, em Viena, por Ferdinand Alt. Só em 1948 surgem aparelhos com pilhas incorporadas e em 1953 começou a ser usado o transistor em próteses.



Em 1970 aparecem as primeiras tentativas de implantação coclear. Esse tipo de implante sempre gerou muita controvérsia nas comunidades surdas em todo o mundo. Os argumentos a favor do implante resumem-se ao acesso à língua oral, na idade crítica de aquisição, que a cirurgia é simples e segura e com a possibilidade de proporcionar à criança ter uma vida social com som, e não com deficiência. No entanto, a comunidade surda, como um todo, é contra a implantação coclear em crianças surdas, antes da aquisição da linguagem. Pensa a comunidade que obrigar a criança surda a ser ouvinte, mesmo não sendo, influencia outros a negligenciar necessidades e meios de apoio à deficiência. Muitos médicos recomendam que o implante coclear seja acompanhado com a língua gestual, especialmente nos primeiros anos da criança, a fim de assegurar o pleno desenvolvimento cognitivo da criança. Os riscos do implante coclear incluem: infecção, vertigem, estimulação retardada, forte exposição a campos magnéticos, necessidade de acompanhamento médico por toda a vida.

## **1.6 Educação de surdos no Brasil:**

A educação brasileira era destinada às elites e sob a responsabilidade das famílias, isto é, eram os pais que escolhiam se os filhos iriam ter aulas com mestres e/ou preceptores, as disciplinas a serem ensinadas, assim como os conteúdos. A escolha dava-se de acordo com os interesses das famílias e os filhos na maioria das vezes não tinham o direito de opinar quanto às decisões do seu futuro. A família era a base da sociedade e em torno dela giravam todos os interesses. Segundo Brugger (2007), ser obediente aos pais não implicava, na maioria das vezes, na anulação ou na contrariedade dos desejos dos filhos, não se tratava das vontades pessoais de pais e filhos mas, sim, de objetivos familiares e, para atingi-los, todos deveriam contribuir.

Brugger cita que as famílias se preocupavam com a instrução de seus filhos e que em seus testamentos elegiam tutores que pudessem se responsabilizar pela educação dos filhos após a sua morte. Cabe salientar que os pais não confiavam e/ou, julgavam as mães incapazes de cuidar dos filhos e nomeavam tutores para essa função.

[...] os tutores não deveriam além do trabalho da criação, assumir nenhum tipo de despesa com 'mestres, vestuários e enfermidade'. Estas deveriam ser descontadas da herança do próprio filho, o que estabelecia por entender que 'lhe será mais útil a boa educação que, sem essa, o vulto da herança (BRUGGER, 2007, p.154)

A educação dos surdos no Brasil foi fortemente influenciada por um professor surdo francês, que veio ao país em 1857 a convite de D. Pedro II. Eduard Huet cria, neste mesmo ano, o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos – INSM e começa suas atividades em uma sala do Colégio Wassiman (centro da cidade do Rio de Janeiro), atendendo duas crianças surdas. O atendimento deste Instituto priorizou a educação oralista durante um longo período, por acreditar que era inútil tentar ensinar os surdos a escrever, já que o analfabetismo era condição da maioria da população brasileira. Por isso, a fala era o único modo pelo qual os (as) surdos/as poderiam integrar-se na sociedade e no mercado de trabalho. As meninas são mantidas fora da instituição até 1932.

## Capítulo II: Metodologias usadas no ensino de alunos surdos

Ao longo de toda a história dos surdos, surgiram algumas metodologias, que foram modificadas e atualizadas. No Capítulo que se segue, foram citadas algumas delas

### 2.1. Oralismo

De acordo com Goldfeld:

O oralismo ou Filosofia Oralista caracteriza-se principalmente pela ideia que o deficiente auditivo necessita aprender a língua oral de seus pais para só assim se integrar à comunidade ouvinte; isto pelo fato da população não estar preparada para receber um indivíduo que se comunique apenas com a língua de sinais. O oralismo acredita que a aquisição da língua de sinais é prejudicial para esta criança, visto que, quando exposto a uma língua de fácil acesso, pelo canal espaço-visual percebendo o interesse em aprender a língua oral. (GOLDFELD, 1998, p. 71 apud Perlin e Strobel, 2007 p.43).

Segundo Lopes Filho:

A escrita é considerada como parte fundamental deste método e segue um processo semelhante ao treinamento da fala e da leitura orofacial em que se começa ensinando as vogais, depois de serem percebidas visualmente e as categorias gramaticais, sempre em associação às cores. (LOPES FILHO, 1997, p. 33 apud Perlin e Strobel, 2007, p 42).

Neste método, se a criança deficiente auditiva não tiver um desenvolvimento esperado na escola comum, será então encaminhada para uma escola especial ou para uma classe especial. São várias as formas de trabalhos de aquisição de linguagem descritos por Northern & Downs (apud Lopes, 1997), citaremos aqui o Oralismo Puro, o Método Multissensorial, O Método da “Linguagem Natural” e o Método Universal.

#### 2.1.1 Oralismo Puro ou Estimulação Auditiva

Este método tem por objetivo expor a criança à língua falada e aos sons, e se possível usar um aparelho de amplificação sonora e ter treinamento auditivo. Este trabalho inicia-se com um treinamento de atenção para a leitura orofacial que inclui elementos sonoros isolados combinações de sons, palavras e finalmente a fala, devendo ter continuidade em casa, obtendo assim o envolvimento de toda a família. Quando isto tudo não desenvolver uma fala satisfatória na criança, então se tenta o método a seguir.

## **2.2 Método Multissensorial / Unidade Silábica.**

Este método é semelhante ao que antecede, acrescentando a leitura e a escrita das formas ortográficas da língua. Usam-se também pistas usuais e táteis. Este método é o mais usado numa abordagem oral.

## **2.3 Métodos da Linguagem por Associação de Elementos**

Neste método o objetivo é ensinar a criança surda a falar através de atividades, onde tudo que for feito deve ser cercado de linguagem. Exemplo, o professor fala sem parar e as crianças são encorajadas a fazer perguntas usando a fala. É também utilizado o treinamento da leitura orofacial e da fala. As crianças que apresentam um melhor resíduo auditivo adquirem um melhor rendimento, mas também se aplica o método nas crianças com perdas profundas com ou sem o aparelho de amplificação sonora. Algumas dessas crianças têm um excelente rendimento através desta técnica ou em combinações com outras. Mas a grande maioria tem um baixo rendimento de acordo com a proposta e o objetivo.

## **2.4 Método Universal ou Abordagem Aural.**

Este é um método de reabilitação para o surdo. Também podemos chamá-lo de abordagem acupédica. Neste método o objetivo é o treinamento auditivo sem nenhum ensino de leitura orofacial, e também se acredita no envolvimento familiar que é muito importante. Mas o seu principal objetivo é a integração do surdo no mundo ouvinte, e para uso, esta abordagem depende do diagnóstico, da orientação familiar e da adaptação do aparelho de amplificação sonora individual (o mais precoce possível), assim como a exposição total à estimulação da linguagem normal.

O surdo não é visto dentro de suas possibilidades e de sua diferença, mas que lhe falta e que deve ser corrigido de qualquer forma para que possa se integrar e ser “normal”.

## Capítulo 3: Outros métodos de comunicação

### 3.1 Comunicação Total: uma modalidade miscigenada

A definição citada frequentemente sobre a Comunicação Total é a seguinte:

A Comunicação Total inclui todo o espectro dos modos linguísticos: gestos criados pelas crianças, língua de sinais, fala, a leitura orofacial, alfabeto manual, leitura e escrita. A Comunicação Total incorpora o desenvolvimento de quaisquer restos de audição para a melhoria das habilidades de fala ou de leitura orofacial, através de uso constante, por um longo período de tempo, de aparelhos auditivos individuais e/ou sistemas de alta fidelidade para amplificação em grupo (Freeman, Carbin, Boese, 1999, p.171 apud Perlin, Strobel, 2007, p. 44).

A Comunicação Total foi desenvolvida em meados de 1960, após o fracasso do Oralismo puro em muitos sujeitos surdos, desta forma então, alguns estudiosos começaram a ponderar em juntar o oralismo com a língua de sinais simultaneamente como uma alternativa de comunicação. (Perlin, Strobel, 2007). Este método serve-nos tanto como modalidade de ensino escolar quanto como modelo de um processo de aquisição de língua.

Quando pensamos na comunicação total enquanto modalidade de ensino podemos compará-la ao bilinguismo<sup>1</sup>. A principal diferença entre a comunicação total e o bilinguismo é que o surdo bilíngue é usuário de duas línguas não simultâneas, utilizando-se de uma ou outra para comunicar-se em função do seu interlocutor, enquanto a comunicação total é uma forma híbrida de comunicação com um mesmo interlocutor (MEIRELES; SPINILLO, 2004).

Uma das grandes críticas que a comunicação total recebe se deve ao fato de criar recursos artificiais para facilitar a educação e a comunicação dos surdos, propiciando o surgimento de diversos códigos, que não podem ser utilizados em substituição a uma língua no processo de desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda

---

<sup>1</sup> "Bilingüismo (...) simplesmente significa possuir duas línguas..." (SAUNDERS, George. Bilingual children: From birth to teens. England: Multilingual Matters, 1988. p. 8).

(GOLDFELD, 2002), como acontece com o oralismo (língua padrão do país) e o bilinguismo (língua de sinais como L1 e língua padrão do país como L2).

Sabe-se ser comum o uso, mesmo por surdos bilíngues, de algumas vocalizações e gestos simultâneos à língua de sinais, mas, de forma geral, entre estes surdos, é feita uma escolha sobre a língua que será utilizada dependendo do interlocutor a quem direciona.

Mesmo que não impossibilitem a comunicação, o fato de as línguas oral e de sinais terem estrutura sintática diferentes pode dificultar o processo comunicativo com pessoas que dominam uma das duas línguas. Quando, no entanto, o sujeito para quem se direciona a linguagem não tem domínio sobre qualquer uma das línguas, o resultado da interação pode ser satisfatório. Como o próprio nome diz, a comunicação total prioriza a comunicação e a interação e não a(s) língua(s).

### **3.2 A Língua de Sinais**

Na década de 60, ocorreram vários fatores que fizeram vir à tona novos conhecimentos teóricos e que levaram a uma mudança significativa na educação dos surdos (Marchesi, 1995; Sánchez 1990). Neste momento, já se tornava claro para os professores de surdos que a abordagem oralista na educação de surdos não estava proporcionando um nível suficiente de linguagem oral, leitura orofacial, articulação e habilidade de leitura que garantissem a sua validade. Concomitantemente, os estudos realizados sobre a Língua de Sinais (Stokoe, 1960), tanto no nível de sua estruturação interna como de sua gramática, provaram que ela tinha valor linguístico semelhante às línguas orais e que cumpria as mesmas funções, com possibilidades de expressão em qualquer nível de abstração.

Atualmente a Língua de Sinais é considerada como a língua natural dos surdos, pois ela é adquirida de forma espontânea sem que seja preciso um treinamento específico. Porém, é preciso lembrar que a sociedade atual é uma sociedade na qual a língua oral é imperativa, e por consequência caberá a todos que fazem parte dela se adequarem aos seus meios de comunicação, independentemente de suas possibilidades.

Qualquer outra forma de comunicação, como ocorre com a Língua de Sinais, ainda é considerada inferior e impossível de ser comparada com as línguas orais. (DIAS, Vera Lúcia Lopes, 2006, p. 37)

Muitos profissionais que trabalham com surdos persistem ainda na visão da Língua de Sinais como uma forma de comunicação, não atribuindo a ela o status de língua e considerando-a apenas uma alternativa para os surdos que não conseguiram desenvolver a língua oral. Segundo Skliar (1997), o oralismo é considerado pelos estudiosos uma imposição social de uma maioria linguística sobre uma minoria linguística.

Como consequência do predomínio dessa visão oralista sobre a língua de sinais e sobre surdez, o surdo acaba não participando do processo de integração social. Embora a premissa mais forte que sustenta o Oralismo seja a integração do surdo na comunidade ouvinte, ela não consegue algumas vezes ser alcançada na prática por alguns surdos, prejudicando o desenvolvimento de sua linguagem.

Não há como se negarem os avanços que a tecnologia trouxe para a detecção precoce da surdez e para a intervenção nesse processo. Segundo Koslowisky (1997), com o surgimento das emissões otoacústicas e os programas de Screening Auditivo Neonatal Universal é possível diagnosticar precocemente a surdez e iniciar um trabalho de intervenção precoce, abrangendo o bebê e a família. Além disso, as próteses auditivas digitais possibilitam maior potência com melhor qualidade sonora para adaptação em crianças (Buerkli-Halevy & Checkley, 2002). Os implantes cocleares multicanal também têm sido uma opção para os que não se beneficiam da prótese auditiva (Koslowisky, 1997). Além disso, na área da informática, a quantidade de softwares que exploram a imagem visual é cada vez mais comum no mercado, facilitando uma série de acessos aos educadores de surdos.

Entretanto, é importante a conscientização de que toda esta tecnologia disponível não é de acesso a toda a população surda, especialmente considerando-se nossa realidade social, cultural e econômica. Além do mais, ainda que toda essa tecnologia fosse acessível, ela por si não garante o desenvolvimento linguístico, identificador e cultural do sujeito surdo. De acordo com as pesquisas de Dizeu & Caporali (2005), é preciso aceitar as diferenças existentes entre os surdos com relação à modalidade de comunicação utilizada, seja oral ou Língua de Sinais. Essa diferença não quer dizer inferioridade. As autoras também constataram que a discussão gestualismo versus oralidade ocorre desde os primórdios da educação dos surdos. Elas declararam que nos países que têm sistemas de saúde e de educação mais avançados, como Suécia, Dinamarca, Noruega, Holanda e até mesmo Estados Unidos da América, as discussões sobre a surdez e o baixo alcance

educacional dos surdos também eram polêmicas. Assim, concluíram que era preciso mudar o foco no trabalho com os surdos, e esse trabalho deveria ser centrado no desenvolvimento de linguagem.

Em 1976, segundo Schindler (1988) foi encontrada pelos estudiosos uma situação intermediária em que os sinais seriam utilizados como instrumento de comunicação, mas sem que fosse utilizada a Língua de Sinais.

### **3.3 Bimodalismo ou português sinalizado**

O Português Sinalizado é uma modalidade de comunicação que foi bastante utilizada na educação de surdos durante a era da Filosofia de Educação da Comunicação Total, amplamente difundida na década de 70. Essa prática recebe também o nome de 'Bimodalismo' porque usa os sinais dispostos na sintaxe e semântica da Língua Portuguesa. Isto se dá traduzindo literalmente cada palavra do português pelo seu sinal correspondente em LIBRAS. Esta prática fere profundamente as regras semânticas e sintáticas da Língua de Sinais, que usada desta forma, perde sua identidade tornando sua comunicação ineficiente. O objetivo era facilitar a comunicação e a aquisição da linguagem pela criança surda e, conseqüentemente, alcançar um melhor desempenho na leitura e na escrita. (ANDERSON, 2010)

Embora, por princípio, a Comunicação Total apoiasse o uso simultâneo da Língua de Sinais com a língua falada, na prática, tal conciliação nunca foi e nem poderia ser efetivamente possível devido à natureza extremamente distinta da Língua de Sinais com sua morfologia e sintaxe simultânea e espacial e, logo, à descontinuidade entre ela e a língua falada pela impossibilidade de preservar as estruturas das duas línguas ao mesmo tempo, além da Língua Portuguesa sinalizada constituir-se num sistema artificial para o surdo.

É difícil para as pessoas surdas entenderem a mensagem do conteúdo em situações mais complexas, como o ensino do conteúdo, ele confronta duas modalidades desorganizando o entendimento. A tradução fragmentada congela as estruturas da LIBRAS, privando-a de suas representações espaciais – que incluem movimento e direção – responsáveis pela concordância e pelas relações sintáticas, entre outros aspectos linguísticos, geradores de sentido, e, ainda, despreza as diferenças estruturais entre a língua-fonte e a língua-alvo.



A naturalidade com que muitos surdos traduzem palavra por palavra da Língua Portuguesa para a LIBRAS pode ser explicada como resultado da prática de interpretação estanque e descontextualizada a qual foi e têm sido submetida nos métodos da Comunicação Total que preconizam o Português Sinalizado como técnica importante para o acesso à língua-alvo para os surdos. Nessa abordagem, a LIBRAS não passa de trampolim para se chegar à Língua Portuguesa, é apenas um instrumento para o aprendizado da Língua Portuguesa. Pouco importa a estrutura da LIBRAS, pois, na utilização do português sinalizado, a Língua de Sinais é vista como um recurso a mais, uma “linguagem” pobre e simplificada e não uma língua com características próprias e especificidades. (ANDERSON, 2010)

## Considerações Finais:

Há dois anos atrás trabalhei com uma pessoa surda e fiquei muito curiosa a respeito da educação que ela teve, pois além de LIBRAS ela sabia “falar” inglês em LIBRAS também, o que despertou ainda mais a minha curiosidade.

A história da educação do sujeito surdo foi uma parte bastante curiosa de se estudar. Mesmo sabendo que a história da educação de surdos não começava no Brasil, pôde-se aprender como esta surgiu e saber um pouco das atrocidades que eram cometidas contra esses sujeitos, que eram considerados “defeituosos” perante a sociedade de cada época. Vários estudiosos, como Pedro Ponce de León, deixaram de lado seus preconceitos e “reescreveram” a história da educação dos surdos tornando-a como ela é hoje e mais acessível ao sujeito surdo. No Brasil, a história da educação dos surdos começou graças a um professor francês chamado Eduard Huet, que veio ao Brasil a convite de D. Pedro II, criando-se assim a primeira instituição para surdos no país.

Ao longo do tempo algumas metodologias para ensinar os surdos a se expressarem foram criadas e aperfeiçoadas, permitindo assim ao mesmo poder se comunicar mais facilmente com outras pessoas. Durante a pesquisa feita para essa monografia pode-se encontrar várias metodologias, como o Oralismo Puro ou Estimulação Auditiva, o Método Multissensorial / Unidade Silábica, Métodos da Linguagem por Associação de Elementos, a Comunicação Total, o português sinalizado e a língua de sinais, sendo os mais usados na comunicação de surdos o oralismo e a língua de sinais.

Com essa pesquisa acabei aprofundando as minhas curiosidades e se eu soubesse um pouco mais de LIBRAS colocaria algumas dessas metodologias citadas na prática de minha sala de aula. Tentaria fazer com que meus outros alunos se interagissem com o(s) aluno(s) surdos(s) para que ele(s) se sintam a vontade no ambiente escolar.

## Referências:

ANDERSON, Charles, **Modalidade das LIBRAS** localizado no site: <http://charles-libras.blogspot.com/2010/04/modalidades-da-libras.html>, ACESSADO DIA 22/11/2011 ÀS 21:55.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade** (São João Del Rei- séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação Escolar Inclusiva das Pessoas com Surdez na Escola Comum: Questões Polêmicas e Avanços Contemporâneos**. In: II Seminário Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2005, Brasília. Anais... Brasília: MEC, SEESP, 2005. p.108 - 121.

DIAS, Vera Lúcia Lopes. **Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação**, Rio de Janeiro- RJ, 2006

SOUZA, Ely; MACÊDO, Josenete Ribeiro. **Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia-Ciência da Educação, como requisito final para obtenção do grau Licenciatura Plena em Pedagogia**, Belém- Pará, 2002.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. **Educação dos surdos: dos espaços e tempos de reclusão aos espaços e tempos inclusivos**. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. (Org.). **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, v. II, p. 9-25.